

36 Metade dos projetos aprovados trata de concessões de rádio e tevê

A aprovação de cerca de 750 projetos ao longo deste ano, marca que o Congresso registrou ao entrar em férias, não seria nada desprezível, caso a maioria deles fosse de interesse da sociedade. Contudo, nada menos que 384 proposições ou a metade aprovada referiu-se a 263 novas outorgas e 121 renovações de concessões de rádio e televisão espalhadas pelo País, enquanto boa parte das restantes voltou-se para a reorganização do setor público, salários dos servidores e isenção de impostos.

O Congresso preferiu deixar para depois a regulamentação de cerca de 200 dispositivos da nova Constituição, ao mesmo tempo em que adiou para 1992 diversas matérias, entre outras, a desregulamentação das atividades portuárias, lei de diretrizes e bases da educação, lei de imprensa, regulamentação do sistema financeiro nacional, propriedade industrial de processos e patentes e a lei orgânica dos partidos — assuntos que, não obstante, desfilaram até o final dos trabalhos na pauta de prioridades da Câmara dos Deputados. Também ficou para 1992 a votação de 30 vetos presidenciais.

Projetos antigos

Cerca de 180 projetos estavam prontos para ser votados no encerramento da sessão legislativa, alguns deles com mais de 15 anos, como a proposta apresentada, em 1975, pelo então deputado da extinta Arena (Aliança Renovadora Nacional) e hoje senador Marco Maciel (PFL-PE) de estabelecer novas regras para as provas de habilitação dos professores universitários. Ou o projeto apresentado, em 1983, pelo ex-deputado Marcondes Pereira (PMDB-SP), obrigando espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões.

Essas proposições reigressaram este ano na pauta de tra-



lhos ao lado de outras 6.700 antigas e novas que versam sobre os mais diferentes assuntos e enlham as votações em plenário — apesar do poder terminativo conferido há dois anos às comissões permanentes, isto é, a condição de decidir sobre a aprovação de um projeto sem a necessidade de enviá-lo para a apreciação de todos os parlamentares em plenário.

Quórum

O Congresso, entretanto, esbarrou mais uma vez em seu próprio regimento que só permite o início das sessões se houver a presença da maioria absoluta dos parlamentares em plenário: 252 deputados e 41 senadores. Como o quórum raramente é alcançado, em geral no plenário, e eventualmente nas comissões permanentes, as discussões e votações acabam sendo adiadas. O plenário da Câmara, por exemplo, aprovou 175 projetos e continuou enrolado em questões como as concessões de rádio e televisão, ampliação da Justiça do Trabalho, reestruturação de cargos e salários de seus servidores, criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste ou novas regras da Zona Franca de Manaus.

Já o Senado — que apreciou a

nova Lei do Inquilinato e o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, então aprovados na Câmara — também se enrolou com problemas de quórum e projetos socialmente menos relevantes. Para se ter uma idéia, 34 dos 81 senadores viajaram ao exterior durante o período de trabalho e o campeão deles foi o ex-presidente José Sarney, eleito pelo PMDB do Amapá: ele deixou o País e os trabalhos durante 71 dias em maio, agosto, outubro e novembro. A senadora Marluce Pinto (PTB-RR) não viajou para o exterior mas, em compensação, pediu licença de 27 dias intercalados nos meses de abril, maio, junho e agosto para acompanhar o tratamento de seu marido Ottonar Pinto, governador de Roraima, que implantou três pontes de safena.

Viagens à parte, o Congresso retornará às atividades em 15 de fevereiro já com uma pauta de votações carregada: além dos vetos e de projetos de interesse nacional, os parlamentares terão que apreciar com urgência propostas presidenciais, como a que cria a Advocacia Geral da União e a que isenta os usineiros do Nordeste do IPI incidente sobre o açúcar.

Vicente Dianezi